

Notas sobre a Condição do MST enquanto Fonte Jornalística¹

Paula Reis Melo²

Doutoranda da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Resumo

Este texto discute as estratégias jornalísticas na cobertura do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, considerando-o como fonte de informação. Assinala que o processo de midiaticização lhe dá *existência social* e reflete como uma nova conjuntura política modifica os critérios de noticiabilidade do MST a partir da análise de notícias em jornais impressos e telejornais. Ao longo de sua crescente midiaticização, o lugar de fala do MST parece ter sido ampliado de *fonte de confrontação* para *fonte de contestação*, indicando que a cobertura jornalística o capta pelo critério do *confronto* e do *contraditório*. Assim, as *ações do fazer* têm tanto apelo jornalístico quanto as *ações do dizer*. Havendo agora mais valores-notícias para captá-lo, há mais possibilidades de diversidade na sua noticiabilidade, o que pode significar que há mais abrangência na sua visibilidade midiática.

Palavras-chave

Jornalismo; fonte de informação; cobertura jornalística; noticiabilidade; MST.

O Processo de Midiaticização do MST

Com o propósito de problematizar a condição de fonte jornalística do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, discutimos, neste texto, algumas questões da presença do MST na mídia, como os critérios de noticiabilidade, enfocando as estratégias jornalísticas que se modificaram no processo de midiaticização do MST considerando, sobretudo, a nova conjuntura política a partir do governo Lula. Estas reflexões fazem parte de nossa pesquisa de doutorado e são observações preliminares do material empírico. Como subsídios para esta discussão, utilizamos notícias publicadas na *Folha de São Paulo*, n’*O Estado de São Paulo*, no *Jornal Nacional* e no *Jornal da Band*. Nosso desafio está em refletirmos sobre como o MST tensiona os padrões do jornalismo e que especificidades são encontradas nesta relação.

A presença do MST na mídia se tornou tão comum que ao pensarmos no movimento é possível imaginar o teor e as imagens das matérias noticiadas: ocupações de terras e de

¹ Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

² Jornalista, Mestra em Comunicação Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), doutoranda da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), e professora universitária. Atuou como professora substituta na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foi professora e coordenadora do Curso de Jornalismo da AESO (Olinda-PE), e é professora licenciada da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). E-mail: preismelo@hotmail.com

prédios públicos, marchas, bloqueios de auto-estradas, interrupção de pedágios. Sabemos que são todas ações estratégicas a fim de conseguir visibilidade neste espaço público contemporâneo que é a mídia. Pelo seu caráter, desde a origem, *midiático*, o MST tem conseguido ser publicizado e, por que não dizer, *existir socialmente*.

Sendo o campo midiático, e especialmente o jornalístico, reconhecidos como espaço público da sociedade, geram-se, permanentemente, tensões com os outros campos sociais. As diversas organizações da sociedade procuram combinar estratégias de ação que conquistem o interesse de pauta da imprensa, já que a visibilidade pública conferida por esta é um índice da própria *existência social* daquelas. Estar na pauta é, portanto, existir. Acreditamos que o campo midiático não só possui a capacidade de *fazer-saber* e de *fazer-criar*, mas, sobretudo de *fazer-existir*, pois seu capital de simbólico é reconhecido e aceito socialmente. E o modo como se dá tal existência social se constitui num jogo de forças e de tensão, na medida em que, conforme Mouillaud (2002, p. 26-27), o jornal também “tem sua própria voz”.

Neste sentido, o processo de mediação do MST não se dá de forma pacífica, haja vista a característica de *tendência minoritária* como grupo organizado na sociedade, de modo que os jornais são interpelados pelas suas ações estratégicas. Christa Berger afirma que:

O MST precisa encenar suas reivindicações, torná-las fotografáveis e oferecer à imprensa os elementos que confirmarão sua natureza. A ela cabe contar o presente e quanto mais ‘expedientes do real’ tiver, maior será sua credibilidade (BERGER, 1998, p. 11).

O encontro do MST com a imprensa se dá, portanto, através de um cruzamento de interesses: enquanto o primeiro objetiva ser publicizado, o segundo, conseguir captar um evento noticiável; ou, em outras palavras, o MST quer reivindicar e a imprensa, produzir notícia. A mídia precisa ser *provocada*, é preciso que haja uma *perturbação* para que dê atenção ao evento pautando as redações.

Assim, podemos dizer que a mídia só aborda a reforma agrária quando é provocada pelo MST, através das ações acima referidas, diferentemente de outros temas que compõem o dia-a-dia jornalístico como as medidas econômicas do governo, a votação de projetos de lei, os transgênicos, para citar apenas alguns temas. Também a reforma agrária não faz parte do calendário jornalístico, como a semana do meio-ambiente, a semana da criança, o dia das mães, o carnaval etc. Por estar fora do “ciclo natural” do calendário jornalístico, a reforma agrária aparece em decorrência das manifestações por parte dos movimentos sociais. Contudo, mesmo as ações sendo publicizadas, não é o assunto da reforma agrária o foco da atenção, mas as ações *de impacto* que acabam, junto com o seu promotor (no caso, o MST), sendo o

gancho jornalístico das notícias, a exemplo de manchetes como: “MST faz mais duas invasões em Pernambuco” (Folha de São Paulo-FSP-11/04/05).

O MST conquistou visibilidade, já a discussão pública sobre a reforma agrária, nem tanto. Este ponto nos parece uma singularidade: a midiáticação se dá com maior ênfase no *agente*, do que propriamente na causa pela qual luta³. Ousamos deslocar momentaneamente nossa atenção para o usuário da mídia e dizer que este pode até ser indiferente quanto ao assunto reforma agrária, mas não quanto ao assunto MST.⁴ Nesta análise, não estamos desconsiderando que na relação mídia-MST, as estratégias de visibilidade do movimento ofertam determinados sentidos para os jornalistas a fim de construir uma auto-imagem, especialmente a de *ator político*.

É indiscutível o acúmulo do capital simbólico do MST ao longo das duas últimas décadas de sua existência. Na perspectiva da Ciência Política, Bruno Comparato (2001a)⁵ estudou como o movimento conquistou espaço na esfera política nacional, tornando-se um ator político, a partir de uma pesquisa comparativa dos editoriais sobre o tema nos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*. O autor demonstra que no período de 1995 a 2000, o tema da reforma agrária teve o auge no ano de 1996, devido ao que ficou conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás e da aprovação da lei do Imposto Territorial Rural (ITR). Como explica Comparato (2001a, p.110), “os problemas agrários eram comentados, mas não eram automaticamente relacionados com o MST que, nos anos seguintes, foi tomando conta do assunto”.

Quanto ao MST, o pico de editoriais sobre ele se deu em 1997, quando ocorreu uma periodicidade devido à Marcha a Brasília. Também neste ano o então Presidente Fernando Henrique Cardoso “passou a se referir explicitamente ao movimento” e “a reforma agrária contava com o apoio de 94% da população (COMPARATO, 2001a, p.110;117). “O que incomoda mais o governo”, afirma o autor, “é a dificuldade em combater a habilidade que o MST demonstra em aparecer na mídia. Com efeito, seria muito mais confortável, para o governo, que o MST adotasse uma forma institucionalizada de oposição política” (2001a, p.112).

³ Diferentemente do assunto dos transgênicos, por exemplo, que foi bastante midiaticado.

⁴ Talvez possamos refletir sobre isso com a ajuda da Semiótica Peirceana. Parece que o modo como o assunto reforma agrária é tratado pela mídia remete a uma regra de interpretação, ao aspecto simbólico do signo, “do que o governo poderia ou deveria fazer”, isto é, no âmbito deliberativo, enquanto que a notícia do MST remete ao aspecto indicial, “de que os seus integrantes fizeram isso ou aquilo”, no nível da sensação, mesmo que se trate de uma experiência mediada pela mídia, isto é, midiaticada. Os efeitos de sentido resultam, portanto, diferentes.

⁵ Este artigo é um resumo da sua dissertação de mestrado **A Ação política do MST**. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, 2001.

Como vemos, estamos diante de um embate simbólico, em que os processos midiáticos se tornam o foco de nossa questão. Temos um movimento social que age através da produção de acontecimentos (fatos, eventos) político-midiáticos que, via enunciação midiática, constituem sua própria replicação. Tornar-se referência político-midiática é **quase** passar a ter uma vida própria. O **quase** é essencial para não perdermos de vista a correlação de forças entre o MST e os jornais porque tornar-se referência para a mídia é ter sua imagem *estabelecida* condicionando as estratégias discursivas dela. Assim, não se vê a reforma agrária, que não interessa à imprensa pela aparente ausência de apelo jornalístico (ou de *gancho*, para usar o termo do jargão profissional). A questão é a midiatização do MST enquanto um capital simbólico que se transformou em ator político e, portanto, em fonte de informação jornalística.

A presença do MST na mídia tem sido objeto de estudo de diversas pesquisas na área da comunicação, porém não com tantas distintas abordagens. Talvez seja o artigo de Hugo Gonzalez Vela (1987), o primeiro trabalho publicado sobre o assunto na nossa área. Aborda como a comunicação de massa trata a questão da reforma agrária, demonstrando que há uma tensão entre as classes envolvidas (“Camponeses sem-terra x Classe-Estado”) e questiona se há um problema de manipulação ou de deficiência por parte da mídia.

Talvez a linha de trabalho mais forte seja a da visão de mundo ou representação que a imprensa tem do MST através análise de discurso, buscando investigar as marcas lingüísticas e ideológicas. Apesar das diferenças teórico-metodológicas, podemos citar os trabalhos de Gonçalves et al (2004); Cristina Teixeira, Isaltina M. Gomes e Wilma Morais (1999); Kleber Mendonça (2004); Sergio Gadini e Karina Woitowicz (s/d); Verônica P. Aravena Cortes (2002) que, com diferentes objetivos, mostram, em última análise, como o discurso midiático constrói uma imagem do movimento de violento, perigoso, “fora da lei”, portanto, de sua “não-legitimidade”.

Fazendo uma análise de conteúdo de matérias sobre o MST do Jornal Nacional e do TJ Brasil, Alessandra Aldé e Fernando Lattman-Weltman (2000) procuram identificar os enquadramentos e as narrativas dos conflitos para assim, analisar os padrões de leitura do discurso televisivo acerca do comportamento do MST. Os autores concluem que, através do enquadramento dramático, a mídia televisiva reforça elementos de perigo, confronto e polarização.

Antonio Fausto Neto (2003) analisa o ato de o presidente Lula vestir o boné do MST e mostra como o ato revela as disputas de sentidos que circulam no discurso político. Fizemos um artigo (MELO, 2004) com abordagem baseada na semiótica de Charles S. Peirce da notícia do boné do MST para investigar o porquê de tanta repercussão do ato do presidente Lula.

Christa Berger (1996), em sua tese, estudou as relações do MST com o jornal Zero Hora, buscando compreender como se encontram os interesses de ambos, através da política de comunicação do movimento e das notícias do jornal. Posteriormente, sua pesquisa foi publicada em livro (1998) e um artigo (2002) também trata do tema. Há ainda uma outra tese de Guimarães (2001), que realizou um estudo comparativo entre os editoriais da Folha de São Paulo e os artigos de opinião de militantes do MST publicados no mesmo jornal, com relação à prática política do movimento.

O objetivo da nossa pesquisa é investigar a cobertura jornalística do MST, buscando compreender as tensões, a correlação de forças na noticiabilidade do movimento, as estratégias jornalísticas que se modificaram ao longo da cobertura do MST e os usos que são feitos nas novas circunstâncias políticas. Adotamos a perspectiva do jornalismo como produtor da realidade e acreditamos que no seu fazer diário, os jornais se relacionam com o MST de forma contraditória. Estamos situados no que Motta (2005, p.2) denomina de paradigma sociocêntrico dos estudos de jornalismo, que considera este um “espaço privilegiado da sociabilidade contemporânea”. Nas palavras do autor, o paradigma sociocêntrico:

Reconhece que a dinâmica social e política se alteram com a presença da mídia e das novas formas, recursos e linguagens do jornalismo. Dá conta da midiaticização e da adequação do social a esta nova situação (processo em curso). Mas considera o jornalismo permeável às contradições sociais e à pressão da sociedade civil, sujeito às inúmeras negociações. Vê o jornalismo como passível de ceder aos interesses dos diversos atores sociais, dependendo da correlação de forças (MOTTA, 2005, p.2).

Motta ressalta que as pesquisas sob este paradigma buscam investigar a possibilidade dos grupos sociais organizados conseguirem “contrapor suas visões de mundo e de reverter as posições autoritárias da mídia, amplificando os dizeres” (2005, p.3). Refletindo sobre nossa proposta de trabalho de investigar como, ao noticiar o MST, a cobertura jornalística é tensionada é que poderemos obter indícios do modo do jornalismo dar existência ao MST. Para esta discussão, vamos nos deter no modo de presença do MST nas notícias enquanto fonte.

Das condições de fonte do MST

O mote do confronto – Os movimentos sociais não têm acesso *fácil* à mídia, a não ser que a provoquem com estratégias que atinjam a pauta, conforme já falamos anteriormente. Dorde García (2003, p.21) explica que os *movimentos de consenso* têm mais facilidade de conseguirem acesso aos meios jornalísticos do que os *movimentos de confrontação*. A título de exemplo poderíamos lembrar os movimentos pela paz como *de consenso*, enquanto o MST se situa nos *de confrontação*, por protagonizarem atos de protestos considerados “fora da lei” ou *de impacto*, como as *invasões* de terras.

Hall e outros autores (1999, p. 229) afirmam que o jornalismo tende a privilegiar as fontes institucionalizadas, ou seja, membros de partidos, sindicatos, empresas, governo, enfim, pessoas que parecem ter as informações mais precisas e especializadas tornam-se as fontes oficiais. Em consequência, os movimentos sociais não são considerados fontes oficiais, já que se originam a partir da reivindicação de direitos arregimentando indivíduos excluídos da sociedade que, mesmo organizados, não detém nenhuma “informação precisa ou especializada”, ao contrário, são visibilizados nas notícias protagonizando cenas de violência, interrupção do trânsito, saques de mercadorias etc. Sua voz aparece explicando como se deu o incidente *violento*.

Segundo Dorde García, os movimentos sociais dependem mais dos meios de comunicação do que ao contrário:

No entanto, os movimentos sociais são atrativos para os meios: por exemplo, os chamados movimentos de confrontação oferecem acontecimentos e discursos que consideram conflitantes, um dos valores-notícias mais utilizados pelos jornalistas (GARCÍA, 2003, p.21).

Ao mesmo tempo em que esta prática decorre da aprendizagem de uma teoria midiática por parte do MST, torna-se o modo de espera dos jornais: o conflito ou sua iminência. A mídia espera o conflito, pois é *fato* e gera manchete. Podemos constatar isso na cobertura da Marcha a Brasília que terminou no dia 17/05/05 e foi anunciada nos jornais do dia seguinte: “Marcha termina em pancadaria com 50 feridos” (FSP); “Marcha do MST termina com 50 feridos” (O Globo); “Marcha termina em batalha campal” (O Estado de São Paulo). Também os telejornais da noite, Jornal Nacional (TV Globo) e Jornal da Band mostraram o confronto entre os sem-terra e a polícia.

Neste caso, o MST parece ser a *fonte de confrontação*, por ser protagonista de uma *ação de conflito*: os jornalistas assistiram ao confronto com os policiais – as fotos e imagens são prova disso, o que fornece a máxima da objetividade jornalística de que “os fatos são sagrados”. A construção do conflito parece passar pelas provas do fato como, por exemplo, a informação sobre o número de feridos. Na chamada da matéria, o JN anuncia que “20 policiais ficaram feridos”.

O que nos parece importante é refletir se o confronto passa a ser uma forma de expectativa da cobertura jornalística do MST (“uma marcha pacífica, *tudo bem...* mas será que não vai *acontecer nada?*”). Destacamos o texto de chamada da primeira página do jornal O Globo:

Após 17 dias **pacíficos**, a marcha do MST acabou, ontem, em **confronto** com a Polícia Militar em Brasília, deixando 50 feridos: 32 sem-terra e 18 policiais, nenhum deles com gravidade. Enquanto o **enfrentamento** acontecia em frente ao Congresso e na Esplanada dos Ministérios, os líderes do movimento eram recebidos **amistosamente** pelo presidente Lula no Palácio do Planalto. (grifos nossos).

São informados os dados do confronto, os atores participantes da cena: dois grupos em choque e os “resultados” do *enfrentamento mútuo*: quantidade de feridos. O confronto é construído com esses elementos: forças adversárias e as conseqüências do embate. O Estado de São Paulo, no subtítulo, fornece mais detalhes do fato: “Sem-terra usaram paus, pedras e mastros de bandeira; os policiais, cassetetes e espadas. Há 50 feridos.” O MST parece ser, para a imprensa, confronto em potencial, de modo que a notícia vem a mostrar todos os detalhes que confirmam essa expectativa. A foto de capa do mesmo jornal mostra um policial no cavalo com uma espada em punho e a multidão de sem-terra se dispersando, acompanhada da seguinte legenda: “PM **reprime** manifestação dos sem-terra no gramado em frente ao Congresso: passeata de 17 dias acabou em tumulto ao chegar a Brasília”.

A enunciação conclusiva – Se observarmos as três manchetes que destacamos sobre a marcha, não por acaso, possuem o verbo *termina*: “a marcha termina em...”. Também no Jornal da Band: “A marcha dos 12 mil terminou em conflito com a polícia”. A mídia trabalha com definições, resultados. A conclusão se dá pelo resultado, pelo “saldo”, algum resultado deverá haver, enfim, a marcha *deu* em alguma coisa, confusão entre os sem-terra e os policiais.

O contraditório como estratégia discursiva – Além do confronto, podemos observar no trecho do jornal O Globo acima uma estratégia da enunciação midiática que se faz do **contraditório** aparente. Grifamos as palavras para demonstrar a contraposição que rege o

texto do jornal: 17 dias *pacíficos* que acabaram em *confronto*, e apesar do *enfrentamento*, há uma reunião *amistosa* com o presidente. A enunciação midiática se estrutura através de um jogo de contraposições, contradições.

Se tudo vai bem, não há nenhuma contradição...? – Este ponto tem relação com os anteriores. Podemos dizer que a marcha do MST a Brasília se tornou algo conhecido da imprensa e da população, uma caminhada estratégica que o movimento faz para conseguir audiência com o Presidente da República, de modo que não apresenta, *a priori*, nada de *novo*, o que pode ser um problema para a imprensa, pois esta é a condição primordial do acontecimento. É interessante, porém, que ao cobrir os acontecimentos, o jornalismo parece torná-los comuns, transformando em familiar o que antes era desconhecido. A marcha do MST hoje é um evento esperado como algo que já faz parte da natureza desta fonte que é o MST. Já se sabe tudo: número de participantes, percurso, infra-estrutura de apoio, quantidade de alimentos, plano de segurança da Polícia Rodoviária Federal.

No entanto, é preciso encontrar um gancho *novo* para noticiar o fato já conhecido. Num tom de denúncia, no dia 09/05/05, o JN apresentou uma reportagem sobre o dinheiro público usado na marcha dos sem terra: “O Ministério Público de Goiás vai investigar se houve uso indevido do dinheiro público doado pela prefeitura de Goiânia e o governo de Goiás à marcha dos sem-terra”. A reportagem mostrou que os 400 mil reais, provenientes dos fundos de emergência, foram usados para financiar parte da alimentação, pagar os banheiros químicos e a água, utilizados durante a marcha. O contraditório aparece no depoimento do promotor: é a primeira vez que vê o Estado financiar um movimento contra si próprio. O mesmo assunto foi noticiado pelo Jornal da Band, no dia 13/05/05: “MST nega que recebeu dinheiro, mas reconhece que o governo de Goiás ajudou”.

A cobertura jornalística tende a captar o MST conforme sua inicial conduta estratégica de visibilidade: através do confronto. Parece-nos que esta pode ser uma hipótese de trabalho: o MST se tornou uma fonte definitivamente pronta para se contrapor ao governo. Não somente ao governo, mas à ordem estabelecida. A midiaticização do MST se replica agora mesmo numa conjuntura política diferente. A imprensa confere um lugar de fala ao MST por ele mesmo, também, *solicitado*, na medida em que sua atuação histórica se fez de confrontação: da ordem estabelecida, da política do governo, do próprio governo quando da *Era FHC*.

A cobertura jornalística se estrutura, portanto, de forma a captar o sentido *fora da normalidade*, mesmo que num evento tido como *normal*, que é a marcha, uma vez que já se sabe que faz parte do *calendário do MST*.

Creemos que entre os efeitos da midiaticização do MST está o do permanente *abrandamento* das suas formas de visibilidade que outrora *de impacto* ou inusitadas vão dando espaço a um novo modo de inserção na mídia, através de uma cobertura que já parece ter o domínio daquele acontecimento. É preciso criar um novo enfoque que não está na marcha em si, isto é, não há mais, na natureza daquele fato, algo assustador. Entretanto, há algo na relação política do MST com o governo que pode ser esse novo elemento: uma contradição, ou a sugestão de, sustentada pelo mote de “o Estado está financiando um movimento contra si próprio”. O que nos chama atenção é que, o que sustentava o gancho jornalístico antes, hoje já não se sustenta mais: o simples anúncio de que o MST realiza uma marcha pela reforma agrária.

Temos indícios, portanto, de uma cobertura jornalística que está modificando, sendo necessário refletirmos sobre os seguintes fatos: 1) Os jornais passaram a ter uma familiaridade tal com as ações do movimento que precisam criar novos modos de captação dos eventos do MST; 2) Há relações políticas de determinada ordem entre o governo e o MST e que os jornais não podem ignorar; 3) O próprio MST, devido a suas relações com o governo, pode ter modificado suas estratégias da política comunicacional, o que não cremos.

Já discutimos acima o ponto 1, e vamos trabalhar o ponto 2, ficando o 3 para um outro momento, já que exige outros protocolos de observação. A relação política do MST com o governo Lula, como sabemos, é de apoio político ao presidente. Durante a campanha eleitoral, Lula teve o apoio explícito do MST que incentivou os seus integrantes não somente a votar, mas também a participar da campanha política. Nos primeiros quatro meses do seu mandato, o presidente Lula contou com uma trégua nas ocupações de terra. Mesmo com a onda de invasões em julho de 2003, o governo recebeu os integrantes do movimento em “clima amistoso” prometendo-lhes recursos para a reforma agrária (MELO, 2004, p.90). Talvez a primeira demonstração para a imprensa e a população de que se tratava de uma relação diferenciada entre governo e MST foi o caso do boné, em julho de 2003, quando, *mesmo enfrentando* uma onda de *invasões*, o presidente Lula os recebeu de modo *mais do que digno*, pois houve demonstração de *intimidade* neste encontro, conforme analisamos num artigo anterior (MELO, 2004, p.90).

Assim, além de *fonte de confrontação*, o MST adquire uma outra faceta de fonte, a que chamaremos provisoriamente de *fonte de contestação*. No Governo Lula, a fonte de confrontação ainda existe, afinal de contas não cessaram as ocupações de terras, bloqueios de estradas nem destruição de pedágios, mas o MST não é mais somente o protagonista destas ações *de impacto*, mas também é considerado um ator político, o que já comentamos anteriormente. O movimento parece receber um tratamento diferenciado do de outros governos nas negociações, o que exige, também da imprensa, uma mudança de conduta. As manchetes dos jornais no dia seguinte (19/05/05) à reunião do presidente com os integrantes do MST quando da marcha a Brasília apontam para resultados alcançados pelo movimento: “Lula promete ao MST facilitar desapropriação” (O Estado de São Paulo); “Lula amplia promessas e MST deixa Brasília” (Folha de São Paulo).

As matérias dos telejornais do dia 18/05/05 também chamaram a atenção para as negociações ocorridas depois da marcha a Brasília: “Os sem-terra fazem acordo e deixam Brasília” (Jornal da Band) e “Medidas do governo para acelerar a reforma agrária”, foi o anúncio da matéria, e antes, a chamada do intervalo: “Governo muda critérios para desapropriação de terras” (Jornal Nacional).

O Governo Lula implica a consideração do MST como um de seus interlocutores, o que pode funcionar para a imprensa como um escudo “protetor” do MST. Neste sentido, a relação com o governo geraria um maior respeito por parte da imprensa pelo MST. Devido ao capital simbólico acumulado pelo MST e à conjuntura política, a cobertura jornalística lhe confere um lugar de fala enquanto *fonte de confrontação* e/ou enquanto *fonte de contestação*, dependendo das circunstâncias que regem a noticiabilidade do acontecimento. Por isso que tanto as *ações do fazer* quanto as *do dizer* são igualmente “notícia em potencial”. A manchete “José Rainha anuncia “abril vermelho” e sugere a saída de Miguel Rossetto” (FSP, 02/03/05) parece ter tanta importância enquanto valor-notícia quanto uma *ação efetiva* de ocupação por ocasião do “abril vermelho”: “Abril vermelho mobiliza 4 mil sem terra em PE” (Estado de São Paulo, 06/04/05).

O que podemos deduzir dessa peculiaridade de ser fonte do MST? Havendo agora mais valores-notícias para captá-lo, há mais possibilidades de diversidade na sua noticiabilidade, o que pode significar que há mais abrangência de sua visibilidade midiática. Ainda não podemos saber o grau de modificação ou de amplificação do discurso, como sugere Motta (2005) conforme nos referimos anteriormente.

Uma pista para pensarmos o protocolo de observação poderia ser a partir da notícia tentar compreender quais os critérios que foram atendidos pela narrativa, não as normas de redação baseadas no lide, mas critérios objetivos que demonstram uma possível diversidade da cobertura do MST, como, por exemplo, o atendimento a depoimentos de pontos de vista diferentes ou representativos de instituições diversas; os ângulos de explicação dos protestos. Podemos fazer aqui um exercício comparativo com as matérias do Jornal da Band e Jornal Nacional do dia 19/05/05, quando a marcha dos sem-terra havia terminado e os seus participantes aguardavam, em Brasília, o término da reunião com o governo federal.

O que nos chamou a atenção foi a apresentação da pauta de reivindicações do MST por parte do Jornal Nacional, que não ficou restrita à questão da reforma agrária, mas abordou “o fim dos transgênicos” e que “o Brasil exigisse a retirada das tropas americanas do Iraque”, reivindicações estas que, juntamente com outras relativas à reforma agrária, foram apresentadas em forma de arte gráfica e mostradas na tela. O que isso pode significar é uma questão que tentaremos desenvolver na pesquisa. Podemos ler isso como um atendimento ao critério deontológico do jornalismo de “relatar” para a sociedade a pauta de reivindicações. Ao contrário do Jornal Nacional, o Jornal da Band não deu essas informações, limitando a pauta de reivindicações com relação à reforma agrária. Deu mais ênfase ao confronto com os policiais, apresentou um depoimento do coordenador do MST de que o governo não cumpriu com a meta e colocou uma fala do presidente do Senado, Renan Calheiros, concordando que o governo não cumpriu as metas. O que podemos verificar disso é que cada jornal parece construir seu próprio referencial de cobertura dos conflitos do MST.

Ao estudarmos o lugar de fala do MST no jornalismo, deveremos perceber determinados parâmetros do jornalismo brasileiro. Os critérios atendidos pelos jornais na cobertura do MST podem nos mostrar a tendência quanto à preocupação de *guardião da democracia* que freqüentemente se auto-intitula o jornalismo. Critérios como credibilidade e democracia estão inter-relacionados e são constantemente evocados pelos jornais na tentativa de manterem *vivos o contato* e a *confiança* com/do usuário da mídia. Para a imprensa, cobrir o MST é um desafio de atender aos princípios deontológicos jornalísticos que, por sua vez, encontram-se pressionados por dois modelos de democracia em disputa: a representativa e liberal e a outra, participativa.

Referências

ALDÉ, Alessandra; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. O MST na TV: sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso de “Estado de Natureza”. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL - COMPÓS, 9º, 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Alfa Stúdios Grav. e Prod. Ltda., 2000. 1 CD-ROM. GT 10 Comunicação e Política.

BERGER, C. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In: MOUILLAD, M; PORTO, S. D.(org). **O jornal: da forma ao sentido**. 2ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 273-284.

_____. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1998.

_____. **Campos em confronto** – jornalismo e movimentos sociais: as relações entre o Movimento Sem Terra e o Zero Hora. São Paulo, 1996. Tese (Ciências da comunicação) – Escola de Comunicação e Artes – ECA, Universidade de São Paulo – USP.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.4, p.105-118, out./dez. 2001a.

_____. **A Ação política do MST**. São Paulo, 2001b. Dissertação (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH) – Universidade de São Paulo – USP.

CORTES, Verônica P. Aravena. A imprensa e a problemática construção de um mundo comum no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXV, 2002, Salvador. **Anais...** São Paulo: Alexandre Barizon (prod.), 2002. 1 CD-ROM. NP 02 – Jornalismo.

FAUSTO NETO, Antônio. O deslocamento do boné. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.13-23, 2003.

GADINI, Sergio; WOITOWICZ, Karina. A construção da luta pela terra na mídia brasileira: Canudos, Contestado e MST no filtro da informação. **Rastros** - Revista Virtual do Núcleo de Estudos em Comunicação. Disponível em <<http://www.redebonja.cbj.g12.br/ielusc/necom/rastros/index.html>> Acesso em 02 maio 2005.

GARCÍA, Dorde Cuvardic. Relações entre meios de comunicação e movimentos sociais. **Líbero**, São Paulo, v.6, n.12, 2003. p.20-29.

GONÇALVES, Elizabeth Moraes et al. O MST e a mídia: conflito no campo e na linguagem. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL - COMPÓS, XIII, 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UESP, 2004. 1 CD-ROM. GT7 Estudos de Jornalismo.

GUIMARÃES, Antonio Carlos Machado. **Falas que destoam na mídia**: a prática do MST e o embate cultural na “Folha de São Paulo”. São Paulo, 2001. Tese (Ciências da Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

HALL, S. et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-248.

MELO, Paula Reis. O boné do MST na cabeça presidencial: uma leitura semiótica. **Fronteiras: estudos midiáticos**. São Leopoldo, RS, v.6, n.2, p.87-100, jul./dez. 2004.

MENDONÇA, Kleber Santos de. Estilhaços de memórias: a ocupação sem-terra como não-lugar de memória. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXVII, 2004, Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: Adaltech Informática, 2004. 1 CD-ROM. NP 02 – Jornalismo.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico. **Eptic** – Revista de Economía Política de las tecnologías de la información y Comunicación. Disponível em <www.eptic.com.br> v.7, n.1, ene./abr. 2005.

MOUILLAD, M; PORTO, S. D.(org). **O jornal**: da forma ao sentido. 2ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

PEIXOTO, Ovídio Mota. **O direito do súdito**: MST, mídia e reforma agrária. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação – ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

TEIXEIRA, Cristina; GOMES, Isaltina Mello; MORAIS, Wilma. O movimento de sentidos na mídia televisiva. LUMINA, Juiz de Fora, v.2, n.3, p.17-28, jul./dez., 1999.

VELA, Hugo Gonzalez. A comunicação da reforma agrária: desinformação e rumores. In: **Intercom**: Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo, 1987, v.10, n.57, jul./dez.